

SENTIDOS DE ESCOLA E MOVIMENTOS SOCIAIS DO POVO XOKLENG, COMUNIDADE BUGIO – SC

BARUFFI, Mônica Maria. – FURB – monicambar@terra.com.br

ANDRADE, Maria da Conceição Lima de. –FURB – mconceicao@furb.br

GT: Movimentos Sociais e Educação / n.03

Agência Financiadora: Sem Financiamento

INTRODUÇÃO

O trabalho, aqui apresentado, objetiva conhecer os motivos que levam uma comunidade indígena a empreender lutas para manter suas crianças na instituição escolar. Um fato, ocorrido no ano de 2001, mais precisamente no 4º bimestre, qual seja, o deslocamento de crianças indígenas de uma Escola situada no centro do município de Doutor Pedrinho-SC para uma escola na própria área indígena, esta sem as mínimas condições de acolhimento dessas crianças, fez surgir as perguntas postas como ponto de partida deste trabalho: por que é tão importante para este povo que as crianças se mantenham na escola? Qual o sentido de escola para o povo Xokleng?

Para tentar responder a estas questões fez-se uso de pesquisa etnográfica. No que se refere à pesquisa etnográfica é importante salientar “que o investigador interessa-se pelo que as pessoas fazem, como se comportam como interagem entre si. Busca descobrir suas crenças, seus valores, perspectivas, motivações, modo como estas questões se desenvolvem em tempos e situações diferentes” (FERRI, 2000, p. 48).

Outro ponto a salientar é que além da observação, a entrevista é de suma importância para investigar a visão de determinadas pessoas sobre os fatos e recolher informações sobre determinados acontecimentos ou problemas. Assim, as entrevistas foram realizadas e registradas de forma cuidadosa e minuciosa. Fez-se uso de gravador e registros escritos, os quais incorporaram além dos depoimentos das pessoas, anotações do comportamento dos entrevistados. Além das entrevistas foram aplicados questionários fechados aos estudantes e feitas algumas fotografias. Foram 37 os sujeitos investigados. As entrevistas foram gravadas e realizadas de forma semi-estruturada com 32 sujeitos. Cinco sujeitos preferiram o uso do questionário. Os entrevistados são alunos estando assim distribuídos: doze alunos do Ensino Fundamental – 5ª a 8ª série – entre 12 a 15 anos; quatro alunos do Ensino Médio – entre 15 a 18 anos; cinco alunos do NAES – Núcleo Avançado de Ensino – idade entre 17 a 25 anos. Além destes, cinco mães; um Cacique; a Diretora da Escola Vanhecu Patté; dois professores que iniciaram os trabalhos na Escola Vanhecu Patté,

mas que não estão presentemente atuando lá; seis professores que atuam na escola e o membro mais antigo do Conselho Indígena.

Os primeiros contatos realizados para poder adentrar na Aldeia Bugio foram feitos por meio de ligações telefônicas com a diretora da Escola. A mesma forneceu as indicações para conseguir conversar com o então Cacique Hélio Cuzum Farias. Foi por intermédio da diretora, a professora Sandra, e de seu esposo Francisco, atual Cacique da Comunidade Bugio, que se chegou até ao Cacique da época. Após a exposição dos objetivos desta pesquisa e da solicitação para permanecer na Aldeia, o Cacique e a diretora, que receberam com entusiasmo a proposta de trabalho, fizeram uma exigência: todo o material que viesse a ser produzido, seja por meio de filmagens, fotografias ou gravações deveria ser duplicado para também permanecer na escola. Aceitas as condições, o Cacique autorizou a realização da pesquisa e a permanência durante dois dias por semana nos limites da Comunidade. Isto foi em 28 de julho de 2004. Permaneceu-se junto à Comunidade Bugio, por seis meses (de agosto a outubro de 2004 e nos meses de março a agosto de 2005). Nestes últimos meses, ocorreram algumas interrupções.

O POVO XOKLENG

O povo que será estudado aqui é conhecido como Xokleng, Botocudo e Bugre. O antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, em “Os Índios Xokleng – Memória Visual” diz que o nome Xokleng é apenas uma palavra de seu vocabulário com a qual eles foram identificados na literatura antropológica. Regionalmente, continuam a ser os Botocudos, em conseqüência do uso pelos homens de um enfeite labial, denominado tembetá, ou os Bugres, termo pejorativo também dado pelos brancos (SANTOS, 1997). Além de Xokleng, Botocudos e Bugres, há na literatura as denominações Xokrén, Aweikoma e Kaingang para designar este grupo indígena. Entretanto, hoje, alguns índios procuram outra auto-denominação, preferindo o termo “Laklanô”, que quer dizer “povo ligeiro” ou “povo que conhece todos os caminhos”, conforme informações fornecidas pelo professor Nãmbra Gakrã (apud SANTOS, 1997, p. 16 e 20).

Este povo dominava as florestas que cobriam as encostas das montanhas, os vales litorâneos e as bordas do planalto no Sul do Brasil. Seu território não era bem definido, os mesmos eram nômades. Eles falam a língua Xokleng, da família lingüística Jê do tronco Macro Jê. Conforme Santos (1997), este povo vivia em disputa com os povos Kaingang e Guarani para obter o controle deste território, que seguia do norte do Paraná, passava por

Santa Catarina até o sul do Rio Grande do Sul. Os Guaranis dominavam extensa parte do planalto, as margens dos rios que integram as bacias do Paraná/Paraguai e o litoral. Os Kaingang eram senhores das terras do interior do Estado, ou seja, do planalto. Todos pretendiam o domínio dos recursos protéicos representados pelos bosques de pinheiros e pela fauna associada ao pinhão.

Os Xokleng buscam manter a noção de grupo coeso, onde a dificuldade do outro é também a sua dificuldade. Observa-se isto no depoimento de um dos membros da comunidade:

Eu sou índia e eu vou lutar pelo que os meus índios querem. Mesmo sendo muito jovem. Não importa minha idade, se disserem que tem índio morrendo lá distante, vou até lá e se for preciso morro junto com eles. Eu não vou deixar um índio morrer e ficar olhando, não posso fazer isso. É a mesma coisa se estão matando um irmão meu. É assim que o índio pensa (W. K. P. A. – 19 anos).

A partir disto, percebe-se que dentro da comunidade, cada pessoa é vista como parte do outro. Todorov (1999) ressalta que a descoberta que o “eu” faz do outro é de grande complexidade. Podem-se descobrir os outros em si mesmo e perceber que não se é uma substância homogênea e, radicalmente, diferente de tudo o que não é si mesmo; o eu é um outro. Mas cada um dos outros é um eu também, sujeito como eu. Nisto reflete que o que nos torna diferentes, é somente meu ponto de vista, segundo o qual todos estão lá e eu estou só aqui, podendo realmente separá-los e distingui-los de mim.

O sentido de ajuda é reconhecido pelo povo Xokleng como um meio de manter na figura do outro um pouco de si, conseguindo juntos resgatar a força que este povo possuía em seus antepassados e manter-se vivo no espaço em que vivem os mais jovens.

A PRIMEIRA ESCOLA NA COMUNIDADE BUGIO

No ano de 1982, foi encaminhado um documento de projetos e benfeitorias à FUNAI para suprir as necessidades da Comunidade Bugio. Um destes projetos era a construção de escolas nas Terras Indígenas para as crianças na faixa de 7 a 14 anos de idade. A caminhada foi penosa, mas as lideranças indigenistas conseguiram convencer a FUNAI a aprovar alguns dos projetos solicitados, inclusive, a construção da escola.

A contratação de professores foi outro entrave, pois, como não havia recursos para esse fim, os mesmos não receberiam honorários. Dentre os membros da comunidade indígena, o Sr. Olímpio da Silva NunFoorô, se manifestou para assumir as aulas como

professor sem cobrar nada, solicitando apenas que providenciassem os materiais didáticos necessários para trabalhar em sala de aula. O local onde aconteciam as aulas era uma casa doada pelo Sr. Vanhecú Patté, em agosto de 1982, e por isso a escola, mais tarde, recebeu este nome. Uma homenagem à atitude solidária desse senhor que já tinha 101 anos na época.

Conforme depoimento de um dos que participaram da construção da escola, Sr. Kuwei Weitchá, o Sr. Vanhecú Patté, doou parte de sua residência para a construção da escola. Ficando este por cinco anos vivendo em um pequeno barraco. Os três mentores da construção da primeira escola no Bugio foram os Srs. Alfredo Priprá, Vanhecú Patté e Kuwei Weitchá. Este último lembra que, após desmontarem a residência, os três pagaram um caminhão para levar as tábuas para o local onde seria construída a escola.

O desejo de construir uma escola nesta aldeia surgiu pela necessidade advinda da distância que se fazia para chegar à escola da Comunidade Sede. Como relata o Sr. Kuwei Weitchá: “era necessário caminhar por uma hora, neste caminho o qual era uma picada, pois não havia estradas, precisavam cruzar um rio para chegar à escola”.

Após a construção da escola, esta passou a abrigar o número de 44 alunos, numa sala de aproximadamente 24 metros quadrados (6x4) e no decorrer de suas atividades teve vários professores. Com o passar dos anos a escola passou por reformas, chegando a ser construída de alvenaria. A escola, até o ano de 2001, possuía uma sala e um pequeno galpão, onde os alunos pertenciam à faixa etária de 06 a 10 anos. Estas crianças de 1ª a 4ª séries, estavam sob a orientação dos professores Eriti Weitchá e Sandra Denise Uber Farias - membros da comunidade indígena.

As atividades ali realizadas eram desenvolvidas a partir de materiais cedidos pela Secretaria Municipal de Educação de José Boiteux: cadernos, lápis, borracha, caneta, régua, livros didáticos, giz, mapas etc. A grade curricular implantada, nesta escola, era a mesma seguida pelas escolas municipais. Eram turmas multisseriadas e havia um professor para duas turmas.

Com o passar dos anos, como na comunidade não havia continuidade do Ensino Fundamental, as crianças que terminavam a 4ª série, para prosseguirem seus estudos, tinham que fazê-lo na escola mais próxima da comunidade indígena. Assim, após alguns contatos estas crianças passam a freqüentar o educandário existente no município de Dr. Pedrinho.

AS CRIANÇAS VÃO PARA OUTRA ESCOLA

No ano de 1995, nove crianças saem da Aldeia Bugio para dar continuidade a seus estudos na Escola de Educação Básica Frei Lucínio Korte. Estes alunos foram assim matriculados: 08 na 5ª série e 01 na 7ª série. O percurso feito por estas crianças era em estrada de barro que, em época de chuva, tornava-se de difícil o acesso.

Estas crianças vinham para a escola em uma picape. Saíam muito cedo da comunidade indígena. Por volta das cinco da manhã acordavam, tomavam seu café, o que poucos faziam, e iam até o local onde saía o transporte. Chegavam por volta das 07h10min da manhã na escola do centro de Dr. Pedrinho. No período de inverno, rigoroso nesta região, os mesmos vinham bem juntinhos para poder aquecer-se e esquecer um pouco do frio.

No início, as crianças não-indígenas olhavam com curiosidade para eles, pois não tinham contato com estes até aquele momento. A curiosidade foi desaparecendo a cada dia, pois as crianças mantinham um diálogo e conseguiam assim, descobrir um pouco de seus mundos.

A escola possuía, no ano de 1995, trezentos alunos, sendo estes divididos entre o Ensino Fundamental e Médio. Os alunos, em sua maioria, eram de origem italiana, alemã e polonesa. Mas, a cada ano, o número de crianças indígenas aumentava.

O acompanhamento dos estudos destas crianças era feito pelos pais. Estes demonstravam empenho e dedicação com seus filhos, pois sempre que vinham a Dr. Pedrinho buscavam, na Escola, informações sobre seus filhos.

A direção e professores da escola sempre conseguiram manter um bom relacionamento com os pais. Conforme as palavras de alunos que ali estudaram: “ali nós conhecemos muitos alunos legais, trouxe de lá também lembranças boas que não quero esquecer” (W. K. P. – 19 anos).

Nestes anos de estudo na Escola de Educação Básica Frei Lucínio Korte, município de Doutor Pedrinho, os pais e os membros do Conselho Indígena lutaram por melhores condições de transporte para as crianças. No período de 1996 a 1998, as crianças possuíam como transporte um micro-ônibus que, por problemas mecânicos, ficou muitas vezes no meio do caminho. Com o aumento do número de crianças na escola, o Cacique e demais autoridades indígenas buscaram, junto à Prefeitura Municipal de José Boiteux, auxílio para a obtenção de um ônibus. Este, com capacidade para 47 crianças, era também utilizado pela comunidade para chegar ao centro de Dr. Pedrinho e fazer compras de alimentos e medicamentos.

As crianças recebiam da FUNAI, com sede em Curitiba, os uniformes e materiais básicos necessários para seus estudos. Muitos sonhos cresceram com as crianças e com a

escola. Com estes sonhos, surgiram também as preocupações por parte da direção e professores, referentes ao currículo que ali se desenvolvia e que não era coerente com a realidade das crianças indígenas. Além desta preocupação, inicia-se no ano de 2000, um conflito entre indígenas e colonos da região. Este conflito teve sua origem nas terras que fazem limite com a área indígena, na localidade de Alto Rio Forcação, pertencente ao município de Dr. Pedrinho.

Até o ano 2000, a escola não verificava problemas de maior gravidade. Aconteciam apenas situações corriqueiras, como bate-boca e brigas devido aos jogos e brincadeiras. Mas, no final do primeiro semestre de 2000, surgem alguns conflitos à saída da escola. Quando as crianças indígenas saíam da escola para retornar à Comunidade Indígena, se encontravam com o transporte que era realizado pelo município de Dr. Pedrinho para as crianças não-indígenas. No trajeto da escola até a localidade de Alto Rio Forcação, que faz divisa com a área indígena, quando havia uma ultrapassagem de um ônibus pelo outro, as crianças atiravam objetos como pedras e outros materiais nos ônibus. Este fato ocorreu duas vezes. Quando a direção foi comunicada, tomou a seguinte decisão: chamou, inicialmente, as crianças não-indígenas e expôs a situação dizendo a eles que os problemas existentes entre eles eram de conhecimento de todos, mas que se tornaria mais difícil se não conseguissem manter a calma. Enfim, uma disputa antiga de posse de terras, envolvendo o povo Xokleng e os agricultores da região, vinha cada vez mais tornando as relações dentro da escola numa “panela de pressão”. Quer dizer, a qualquer momento se esperava um conflito de maiores proporções, dentro da escola ou nos seus arredores. Apesar de todos esses problemas, conseguiu-se terminar o ano letivo de 2000.

O ano letivo de 2001 se inicia sem problemas. Como todo início de ano, todos estão animados para realizar um bom trabalho junto a seus educandos. O número de crianças indígenas matriculadas naquele ano era de 47, sendo que, deste número, sete foram transferidas para outras escolas já no início do ano. Os alunos estavam distribuídos entre os Ensinos Fundamental e Médio. As atividades transcorriam “normalmente” até que, em uma manhã, no horário do recreio, iniciou-se um bate-boca entre as crianças indígenas e não-indígenas, na escola, culminando em agressões físicas. A direção e serventes precisaram intervir conjuntamente para conseguir acalmar os ânimos. A polícia foi chamada.

Após este último acontecimento toda a comunidade começou a exigir da escola explicações sobre o ocorrido. Muitas ligações de pais, reuniões extraordinárias constantes com a presença de autoridades e membros da comunidade indígena e professores. Enfim, criou-se um clima de tensão não só dentro da escola, mas entre as comunidades indígenas e

não-indígenas. Sem contar que apesar de tudo havia sempre os comentários especulativos de pessoas que não viviam a situação.

Diante destes fatos, a comunidade indígena, numa atitude para evitar desdobramentos mais graves, decidiu retirar as crianças do convívio do educandário em pleno 4º bimestre (final de 2001) e levá-los para a escola na própria aldeia. As crianças voltam para estudar em sua comunidade e o que se vai ver, a seguir, é a luta deste povo para transformar uma sala e um galpão num ambiente que possa acolher dignamente alunos de várias séries.

O RETORNO À ESCOLA VANHECÚ PATTÉ

A Escola Indígena de Educação Fundamental Vanhecú Patté localiza-se em um dos pontos mais elevados da comunidade, a visão é privilegiada. Até o ano de 2001, possuía apenas uma sala de aula, um galpão, uma cozinha e dois banheiros (um masculino e um feminino). Como as condições da escola eram precárias, buscaram-se várias maneiras para amenizar as deficiências relacionadas ao espaço físico e às necessidades pedagógicas. Mesmo que suas crianças tivessem sido transferidas abruptamente de uma escola cujos conteúdos não eram adequados a sua realidade, este povo buscou ajuda, inicialmente, de professores não-indígenas, por não possuírem professores indígenas formados até aquele momento.

Vários esforços foram empreendidos pela Comunidade Indígena e Gerência Regional de Educação. Esta incumbiu profissionais da Escola Educação Básica Frei Lucínio Korte a darem continuidade às atividades curriculares com o grupo que agora estudava em uma única sala de aula e reunia todas as turmas de 5ª à 8ª séries. Neste momento, as profissionais que foram realizar os trabalhos na comunidade indígena Xokleng, tiveram que dividir-se, pois, como afirma uma delas:

Desse instante em diante, começamos a (re) organizar nossas vidas profissionais, pois além de ter este desafio, tínhamos que continuar com as crianças e jovens que continuavam na escola do centro. Dessa maneira, continuamos a preparar as aulas dos alunos de Doutor Pedrinho normalmente seguindo nosso planejamento. Já a turma que estava nos aguardando na Comunidade Indígena, necessitava de um planejamento especial, pois todos os alunos estariam numa única sala sem condições de dividi-los em turmas [séries] (S. M. – 26 anos).

As professoras foram recebidas pelos alunos e autoridades indígenas com muito respeito. Os olhares de algumas pessoas da Comunidade Bugio eram de curiosidade, pois as profissionais que ali se encontravam eram de origem italiana e alemã. No dia em que as

profissionais chegaram à escola, lideranças e pais disseram às professoras: “precisamos preparar nossas crianças para que elas sejam as futuras lideranças e desenvolvam nossa Aldeia”.

Percebe-se, assim, que a escola, na Comunidade, passa a ser como um celeiro de lideranças: um espaço onde as atividades realizadas estavam voltadas para a formação de líderes comunitários e futuros caciques. Observa-se que a idéia de futuridade está ligada a de conhecer. É preciso conhecer para se obter melhores condições sociais, econômicas e políticas. Falar de futuridade é falar sobre uma “qualidade de coisa futura, tempo ou acontecimento futuro”. Assim, a escola passa a ser uma possibilidade para um futuro melhor.

Desta maneira, as duas professoras da Escola de Educação Básica Frei Lucínio Korte prepararam um projeto interdisciplinar para ser aplicado para atingir as metas de conteúdos básicos de término de ano. Um fato interessante foi o de as crianças indígenas solicitarem a presença destas duas professoras para realizarem este trabalho na escola da área indígena. Assim, relata uma das profissionais:

No início tudo era duvidoso, pois foi algo inesperado e para mim foi da noite para o dia. O que fazer? Como tratá-los? O que falar aos pais e as crianças? Que projetos desenvolver? Tivemos apenas três dias para organizarmos o primeiro projeto. Como tudo aconteceu no 4º bimestre, precisamos fazer um mini-projeto que envolvesse conteúdos finais. Isto sem conhecer a comunidade. Ao chegarmos à Comunidade Indígena o primeiro contato me evidenciou algo totalmente diferente. Percebi que o projeto deveria ser bem mais do que uma forma de “não deixar os alunos perderem o ano”. Deveríamos, antes de tudo, trabalhar a auto-estima que estava muito abalada (J. F. – 25 anos).

As professoras vendo a situação em que se encontravam as crianças deixaram de lado o projeto onde evidenciava a questão do meio-ambiente e iniciaram um trabalho voltado para o resgate da auto-estima do grupo. Nesta busca, observou-se que a escola passa também a ter outro sentido: o de ser a construtora de sonhos das crianças e dos membros da comunidade.

Entre os anos de 2002 e 2003, aconteceram muitos progressos, como a construção de duas novas salas de aula e o ingresso de novos alunos. Assim, esta escola passou a atender alunos do Ensino Fundamental e Médio, sendo uma extensão da Escola de Educação Fundamental Professor João Bonelli e perfazendo um total de 100 alunos.

Com a ampliação, as crianças conseguiram mais espaço para seus estudos e os professores ficaram mais animados passando, a partir destas pequenas vitórias, a expressarem suas opiniões. A escola, neste instante, toma mais um sentido para a comunidade: o de ser a

formadora de opiniões, pois os mais variados assuntos são debatidos neste espaço. Com isto, passam a reestruturar suas idéias e visualizar mudanças, tais como: construir um jardim em frente à escola, cercar todo o terreno e limpar o terreno logo abaixo da escola para a construção da Casa da Cultura, construção que ainda hoje aguarda por verbas.

Outra benfeitoria que a comunidade escolar mostra com orgulho a todos que ali chegam é sua horta escolar. Em conjunto com o Clube da Árvore, ali são plantados produtos que servem para a alimentação das crianças durante a merenda, pois se observou por meio de conversas realizadas com os pais das crianças, que poucas possuíam uma alimentação rica em verduras. Assim, iniciou-se um trabalho de formação da horta escolar. A manutenção desta horta é realizada pelas crianças e pais, conseguindo assim mantê-la limpa e com verduras praticamente o ano todo.

Outra vitória desta comunidade escolar foi a inserção do Ensino Médio, pelo fato de não existir transporte escolar para que estes alunos pudessem continuar seus estudos. Após reunião envolvendo lideranças da comunidade, professores e Secretaria da Educação ficou decidido que, em menos de trinta dias, estariam sendo iniciadas as aulas no Ensino Médio. Isto passa a acontecer no dia 14 de abril de 2003, no período noturno, contando com 13 alunos, com faixa etária de 14 a 27 anos. A partir de maio de 2003, o NAES – Núcleo Avançado de Ensino de Dr. Pedrinho - em parceria com o município de José Boiteux, começou a atender nas quartas-feiras na Escola Indígena de Ensino Fundamental Vanheçú Patté.

O deslocamento das crianças indígenas para a escola da Aldeia pode ter sido algo corriqueiro para muitos, mas deixou para as crianças, tanto indígenas como não-indígenas, marcas profundas, fazendo com que se perdesse um momento de riqueza incontestável, onde culturas deixaram de ser conhecidas e enriquecidas.

Se, inicialmente, a educação escolar foi catequização, domesticação e imposição da cultura e dos valores do não-índio sobre os índios, isso passa a mudar ao longo do tempo. A aquisição dos conhecimentos escolares passa a ser uma necessidade dos índios. É preciso conhecer e compreender “a vida dos brancos” e, então, assim saber lidar com eles. É preciso aprender sua língua e como eles pensam. É preciso conhecer a lei para usá-la em seu favor. É preciso eleger candidatos da Aldeia para possuírem voz e vez. É preciso conhecer cada vez mais. Mas não basta apenas conhecer. A escola passa a ter então, outros sentidos para este povo.

OS SENTIDOS DE ESCOLA PARA O POVO XOKLENG

Ao ouvir cada professor, cada aluno e cada membro da comunidade indígena, observa-se que a escola tem múltiplos sentidos para eles. Para ilustrar esta afirmação, apresentam-se, a seguir, alguns depoimentos que revelam o que a escola vem a ser para cada um deles:

Tem um significado muito grande, principalmente aqui dentro para nós. Porque eu vi, no início, as crianças não davam valor, agora mesmo que estudem no período da manhã não deixam de dar uma voltinha no período da tarde. Se elas pudessem, ficariam o dia inteiro aqui na escola (S. D. U. F. – 40 anos, diretora).

Nos diálogos empreendidos junto aos professores da comunidade escolar, vê-se presente um trabalho de auto-estima, que vem sendo realizado desde as crianças do Ensino Fundamental, até o mais antigo membro da comunidade indígena.

Eu, como professora, ouço crianças dizendo: ‘Professora, eu não gosto de ser índio, porque eles ficam me abusando lá fora’. E eu digo a eles que devem ter o maior orgulho de ser índio. [Digam] Eu sou índio. Podem rir, debochar, mas eu tenho orgulho de ser índio. Vocês têm que dizer, eu sou índio, tenho sangue de índio. ‘Mas será professora?’ Aí eu digo: é assim sim.

A inculcação de outros valores, de outra cultura e de um modelo de homem ideal, que não é o de índio faz com que se sintam desvalorizados naquilo que são e, o índio passa a buscar assim, no não-índio a figura do homem perfeito, pois não se pode esquecer que como diz Nascimento (2004), o índio é um ser histórico-social cuja identidade é construída pelas mediações realizadas entre os diversos “mundos” de representações com os quais estabelece relações. São relações dominantes e/ou dominadas, mas todas elas mediadas por símbolos e signos que produzem conhecimentos, idéias, valores, atitudes, comportamentos, aprendizagem e hábitos.

Outro sentido de escola que permeia os depoimentos diz respeito à formação de lideranças:

A escola, considero [como] uma das prioridades do povo, porque aprendemos muita coisa, passamos muitas coisas para nossos alunos que futuramente serão os futuros caciques. Serão as lideranças, serão os representantes do povo (Ex-cacique, 52 anos).

Os interesses pessoais e coletivos são percebidos em suas atitudes e palavras, indicando a necessidade da melhoria para si e para os outros membros.

Eu vejo a escola como uma coisa boa, que ajuda (J. P. – 23 anos, Professor 1ª série). [...] É um meio de ensino que a gente tem. Uma chance a mais na vida (S. R. – 31 anos, mãe).

Assim sendo, por meio de conversa realizada com estes alunos observa-se que a escola tem para eles o sentido de um espaço diferenciado, onde eles se reconhecem e a percebem como algo que ajuda. Este ajudar estaria relacionado com projetos de vida de cada membro da comunidade. O futuro encontra-se presente nos depoimentos. Um futuro que mesmo sendo visualizado pelos alunos e comunidade, vem também com a preocupação de dar continuidade aos sonhos criados neste meio.

Meu futuro é de melhorar minhas condições, fazendo uma faculdade de medicina e voltar para a comunidade. Porque quando estudamos em Dr. Pedrinho, eu e meus colegas, conversávamos sobre nossos sonhos e eu disse que eu tinha um sonho o qual não posso dizer agora, mas se eu não conseguir realizá-lo eu sei bem o que posso fazer (I. W. – 20 anos).

Dentre estes jovens, há mães estudantes que além da preocupação em deixar um futuro seguro para seus filhos, sentem na pele as dificuldades de continuar com seus sonhos:

Eu particularmente tenho um objetivo. Quero estudar até me formar, para ser alguém na vida, e ver que valeu a pena todos os anos de estudo e dedicação. Apesar das dificuldades para se enfrentar uma universidade, tenho fé de que um dia ainda chego lá, pois eu amo estudar e sou apaixonada por tudo o que eu faço (A. A. P. – 39 anos, aluna e mãe).

Para D. A., 49 anos, mãe e aluna, a escola veio como a realização de um sonho: terminar seus estudos e assim conseguiu um trabalho na própria escola:

Para mim, a escola é muito importante. Porque é nela que aprendemos a ler e escrever. Aqui nós temos um modo diferente de educação e cultura. Encontramos muitos amigos. Eu hoje trabalho aqui nesta escola como merendeira e também sou mãe. Se eu não estivesse estudando eu não estaria trabalhando aqui.

Outra aluna, outro sonho: “não pretendo parar por aqui não. Pretendo ser professora e o que eu conseguir vou fazer para não desistir dos meus estudos” (R. P. A. – 17 anos, estudante).

Todas as mães entrevistadas deixam claro o desejo de manter as crianças na escola. Para essas famílias, um futuro melhor está em estudar para conseguir um bom trabalho e, assim, melhorar as condições de vida das mesmas.

Os sonhos vão crescendo em cada jovem Xokleng quando pensam sobre o futuro. Para os alunos da 3ª Série do Ensino Médio, o seu desejo não está em terminar somente o

Ensino Médio, mas em dar prosseguimento aos seus estudos. Para dez dos entrevistados todos querem dar continuidade aos seus estudos e retornar à comunidade para ajudar aos que lá permaneceram. No depoimento de A. P., observa-se esta vontade: “pretendo continuar. Quero fazer faculdade e voltar aqui para a reserva ajudar os índios”.

Outro ponto a ser ressaltado é a presença das famílias no ambiente escolar, denotando a preocupação e o desejo de ver seus filhos formados, fazendo com que as crianças também tenham seus desejos de formação profissional levados adiante. Surge assim, após o término dos estudos, o desejo de retornar à Comunidade Indígena, onde poderão auxiliar aos que ali permaneceram, na esperança de diminuir as dificuldades vivenciadas por este povo.

Nas entrevistas realizadas, os jovens que estão concluindo o Ensino Médio foram unânimes em salientar que irão cursar a universidade, mesmo que existam dificuldades financeiras. Surgindo, assim, o desejo de retornarem à comunidade como: advogados, médicos, professores dentre outras profissões.

Como afirma Zago (2003 p. 23-24):

O reconhecimento da educação escolar como requisito básico para responder às exigências do mercado de trabalho e, sobretudo, como possibilidade de romper com as condições de pobreza familiar, é variável, colocada pelos pais de forma recorrente, independente das diferenças internas do grupo estudado.

Os desejos e sonhos são explícitos nas palavras de cada um. Mas eles mesmos percebem que para alcançarem seus objetivos será necessário transpor muitas dificuldades. Essas dificuldades vêm sendo percebidas pelos membros da comunidade Xokleng. Como afirma uma das mães: “a escola aqui veio para nos ajudar, mas também criou um outro problema. Como nossos filhos vão continuar seus estudos? Não temos dinheiro... não sei o que fazer” (A. D. N. – 43 anos, mãe).

Outra mãe, que possui filhos na escola, no Ensino Fundamental e Médio, expressa assim a sua preocupação: “A escola é muito boa. As crianças vêm para casa com muitos sonhos. Nossa preocupação é como dar continuidade a eles. Não temos dinheiro para levar adiante os estudos das crianças. E nós ficamos muito tristes porque sabemos que não será possível para todos continuarem os estudos”.

Ora, vê-se nas oportunidades de acesso à universidade o resultado de uma seleção direta ou indireta, que ao longo da escolaridade, pesa com rigor desigual sobre os sujeitos das diferentes classes sociais (BOURDIEU, 1998, p. 41). Estes são mecanismos de seleção cujo grau pode ser elevado se se considera outras etnias. Ainda conforme o autor, “não é suficiente

enunciar o fato da desigualdade diante da escola, é necessário descrever os mecanismos objetivos que determinam a eliminação contínua das crianças desfavorecidas”.

O que se percebe é que ao terminar o Ensino Médio são poucos os jovens que conseguem dar continuidade aos estudos. A maioria trabalha em municípios vizinhos para sua subsistência. No que diz respeito a esta questão, o fator econômico predomina neste momento. A falta de condições financeiras e a distância para chegar à universidade são fatores que auxiliam no desânimo destes jovens em dar continuidade aos estudos. Muitas são as promessas de ajuda para que estes dêem continuidade, mas as ações são mínimas. Assim se expressa uma das mães:

Quando falamos com o procurador da justiça nós dissemos a ele que se o branco usa a caneta para nos matar, nós estamos aprendendo também a usá-la, não para matar, mas para deixar vivo nosso povo. Se é a lei que estão usando, é dela que nós também vamos nos utilizar (M. A. – 39 anos, mãe).

Nestas palavras, percebe-se que os meios utilizados pelos não-índios passam agora a fazer parte do cotidiano dos índios sendo para estes um ponto de honra. Não deixar que os outros os usem como o fizeram por muitos anos, fazem com que os Xokleng criem que uma das saídas é manter as crianças na escola e os adultos buscarem também seu aprendizado, para assim conhecer este outro que fez e faz as leis.

Com isto, observa-se que as crianças que seguem seus estudos, o fazem não por uma obrigação, mas por um desejo de conseguir transpor as dificuldades e deficiências que seu povo possui. O desejo de aprender o que o não-índio sabe e o desejo de manter sua identidade viva, impulsiona estas crianças, adolescentes, jovens e adultos a estudarem e a buscar a realização de seus sonhos.

Observa-se, ainda, que existe uma preocupação entre os pais e os membros do Conselho Indígena sobre os perigos que o mundo apresenta para os jovens. A escola é o espaço adequado para mostrar a estes jovens e crianças os perigos a serem enfrentados e os caminhos que estes devem tomar: “A educação é uma das prioridades. A escola vem também para mostrar às crianças e aos jovens os perigos que existem no mundo lá fora” (Ex-cacique).

Em uma pesquisa realizada por Zago (2003, p. 24), a mesma aborda que,

o significado que eles – pais - atribuem à escolarização de seus filhos revelando que a valorização da instrução se alicerça ao menos sobre dois pilares: o que corresponde a uma lógica prática ou instrumental da escola (domínio dos saberes fundamentais e integração ao mercado de trabalho) e outro, voltado para a escola como espaço de socialização e proteção dos filhos do contato com a rua, do mundo e

das drogas, das más companhias, indicando a inseparabilidade entre instrução e socialização.

A necessidade do diploma escolar e o reconhecimento de todos tornam-se, então, um fator crucial. Sem um determinado nível educacional, os trabalhos que surgem para estes jovens permanecem no âmbito secundário como: serventes de marcenaria, serrarias e trabalhos no corte de madeira etc. A chancela escolar passa a ser algo importante para a realização dos sonhos: “quero progredir, melhorar. Ter uma profissão mais tarde; aprender melhor, ajudar meus filhos. Sempre tive o sonho de ser professora, ou mesmo uma enfermeira. E a escola é um meio de ensino que a gente tem. Uma chance a mais na vida” (Mãe, aluna do NAES, 31 anos).

Não se pode deixar de perceber que esta jovem, estudante e mãe, deposita na obtenção do diploma a confiança de que lhe serão abertas portas para seu sucesso profissional. Isto não é um fato isolado. A busca para a obtenção de diplomas apenas revela que as famílias e a comunidade indígena, em geral, acabam depositando na escola as esperanças para a melhoria nas condições de vida e para uma ascensão social. Em outras palavras, é a necessidade de reconhecimento pelo outro dos seus esforços.

As dificuldades apresentadas pela Comunidade Indígena denotam que a instituição escolar, mesmo sendo acolhedora, não consegue em seu processo, dar as mesmas oportunidades para todos, mesmo trazendo o resgate da cultura deste povo, mesmo sendo o núcleo da comunidade, a mesma não consegue dar conta das desigualdades sociais.

O resgate da cultura e a busca da identidade são outros pontos destacados sobre o sentido da escola. Assim, o coletor de sementes, que auxilia na obtenção de materiais para as aulas de Arte Diferenciada, afirma: “a escola é um meio de trazer de volta alguma coisa. Porque estamos vendo que estamos perdendo toda a nossa cultura” (V. J. – 25 anos).

A busca incessante pela identidade presente nas palavras de alunos e demais membros, mostra a necessidade do “saber escrever”, para assim se sentirem como um povo que possui identidade própria.

[a escola] ajuda bastante. Porque se tu sabes escrever tu tens como dizer que és índia. Quando você escreve o seu nome eles vêem e dizem, esta é índia. E estudar ajuda muito (R. P. A. – 17 anos, aluna).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Foi possível, neste trabalho, conhecer os caminhos percorridos pelos membros da Comunidade Bugio na busca de conhecimento e na luta pela manutenção das crianças na escola. Também foi possível reconhecer o lugar que a escola possui na comunidade e os sentidos a ela empregados, bem como perceber a busca pelo reconhecimento que a comunidade empreende por intermédio da chancela escolar. Pode-se afirmar, a partir desta pesquisa, que há uma multiplicidade de sentidos atribuídos à escola pelo povo Xokleng. Para este povo, que teve que lutar para que suas crianças não perdessem o ano letivo de 2001, a Escola, muitas vezes classificadora e seletiva, pode ser um dos meios para a obtenção de um sentimento que tenta florescer em meio a tanta injustiça e incompreensão.

Num trabalho coletivo entre comunidade indígena e professores não-indígenas, inicialmente, foi possível devolver a auto-estima de crianças e jovens que tinham vergonha de serem identificados como índios. O ensino da língua Xokleng e das artes deste povo, auxiliaram no resgate cultural, outro ponto a ser destacado, pois, nos depoimentos dos entrevistados, registra-se que “a escola veio para resgatar aquilo que nós havíamos perdido”.

A escola é vista também como a realizadora dos sonhos e como fonte de conhecimento para as crianças e demais membros da comunidade. Para estes, que vivem num espaço onde as oportunidades não existem, a instituição escolar é uma possibilidade de melhorar o espaço onde vivem a partir da articulação de todos os segmentos na luta por seus objetivos. Desta forma, a escola que antes era vista como um espaço cuja preocupação era apenas salvaguardar o ano letivo, passou a desempenhar tanto a função de salvaguarda do patrimônio cultural, assim como instituição depositária de sentidos, sonhos e esperanças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. (Ciências Sociais da Educação)

FERRI, Cássia. **Gênese de um currículo multicultural**: tramas de uma experiência em construção no contexto da educação escolar indígena. 2000. Tese (Doutorado em Educação - Currículo) –Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Os índios Xokleng**: memória visual. Florianópolis: UFSC; Itajaí: UNIVALI, 1997.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. Tradução de Beatriz Perrone Moises. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ZAGO, Nadir. Processos de escolarização nos meios populares: as contradições da obrigatoriedade escolar. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (Orgs.). **Família e Escola**: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis: Vozes, 2003.